

MPV 689

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
04/09/2015	MEDIDA PROVISSÓRIA Nº 689/2015

Autor

Deputado GONZAGA PATRIOTA

Nº Prontuário

143

1. () Supressiva 2. () Substitutiva 3. () Modificativa 4. (X) aditiva 5. () Substitutivo global

Página 1/2 Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se onde desta MP, inserindo no Art. 243 § 1º da Lei 8.112, transformando o emprego em cargo público, conforme determina a legislação, dos Policiais Ferroviários, "Agentes, Investigadores e Supervisores de Segurança Ferroviários" em cumprimento ao dispositivo Constitucional do Capitulo 5 - Segurança Pública - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FERROVIÁRIA FEDERAL / Ministério da Justiça.

Parágrafo único. O quadro de servidores efetivos dos órgãos de que trata este artigo seja garantido o direito de opção a ser transferido o efetivo ainda pertencente as empresas ferroviárias Ministério da Justiça para o Departamento de Policia Ferroviária Federal, Art. 144, III, § 3º da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA

Está emenda tem por finalidade corrigir injustiças praticadas com estes profissionais ao longo destes mais de **70** anos patrulhando as ferrovias Federais, de **1963 à 2015,** continua exercendo suas atividades mesmo sem qualquer amparo da Lei, haja vista, o Regime da época pelo Governo as empresas ferroviárias havia dois regimes jurídicos "SERVIDORES ESTATUTÁRIOS E CELETISTAS" ordeiramente sempre cumpriram com suas obrigações.

Como se constata na Constituição de 88, a POLICIA FERROVIÁRIA FEDERAL é inserida no Artigo 144, § 3º inciso III, diz que a POLICIA FERROVIÁRIA FEDERAL - RESPONSÁVEL PELO PATRULHAMENTO NAS FERROVIAS FEDERAIS, fato este pendente de regulamentação "VIDE § 7º DESTE MESMO DIPLOMA LEGAL" não recebendo do Executivo condições de trabalho e atribuições, Na legislação normativa da Segurança Pública necessário à regulamentação da categoria no REGIME JURIDICO UNICO, dando a ela condições de funcionamento.

POLICIA FERROVIÁRIA antiga POLÍCIA DOS CAMINHOS DE FERRO, criada



por	Decreto	Impe	rial nº 64	1/1852,	dotada	a de toda auto	oridad	de, com EX	PEDIÇÃO
						transversal			
FEF	RROVIÁR	IA, F	orte de	Arma de	e fogo	para os SEI	RVID	ORES PÚE	SLICOS E
CFI	FTISTAS	:			_				

Aos servidores abandonados seja acolhida a Lei 10.559/2002, em respeito à Lei de Anistia e os atos praticados pela administração ferroviária na transformação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos aos Celetistas em desrespeito ao cargo DO SERVIDOR pertencente ao Órgão que por excelência são detentores do PODER DE POLÍCIA.

Em plena vigência da Constituição de 1988 esta categoria centenária está abandonada pela administração pública, pior ainda permanecer excluída do Regime Jurídico Único.

Estando vinculada a administração publica federais as empresas, RFFSA, CBTU e TRENSURB, os administradores, hoje continuam contratando segurança particular para suprir a ausência dos POLICIAIS FERROVIÁRIOS FEDERAIS tarefa de competência Exclusiva desta POLICIA ESPECIALIZADA, que deveria estar patrulhando a ferrovia protegendo os usuários e o Patrimônio Público não existe por omissão do Executivo, o Governo tem conhecimento destas irregularidades, nada fez nem faz para impedir esta lacuna na Lei e no ordenamento Jurídico Pátrio

Devido a este abandono esta casa responsável pela matéria legislativa na obrigação de corrigir as lacunas da Lei é de vital importância para ferrovia seja corrigida esta omissão do Executivo com esses servidores ainda celetista, irregularidade que perdura desde 1963, primeiro concurso para INVESTIGADORES E AGENTES DA POLÍCIA FERROVIÁRIA, ocorrido após a criação da RFFSA, sucumbiu este Órgão Público sobre seu comando, necessária reparação.

:	CONGRESSO NACIONAL	